



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

PORTARIA TRT13 GDG N.º 308/2022, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DE SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, tendo em vista o PROAD TRT13 N.º 9864/2022 e as regras dispostas no inciso III do artigo 58 c/c artigo 67, ambos da Lei N.º 8.666/1993, no artigo 6º do Decreto N.º 2.271/1997 e no [ATO TRT/13ª CGP N.º 001/2021](#) (art. 1º, letra "v"),

RESOLVE

I - Designar os servidores abaixo nominados e qualificados, para atuarem como gestores e fiscais do **Contrato TRT N.º 35/2022**, firmado entre empresa **RENOV SOLAR – COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ENERGIA SOLAR LTDA.**, cujo objeto é a execução de serviços, já projetados, de geração de energia a partir de painéis fotovoltaicos (energia solar), em edifícios pertencentes a este Regional (Edifício-Sede e Fórum Maximiano Figueiredo):

- **Gestor Titular: FÁBIO DE OLIVEIRA LUCENA**, Analista Judiciário, Apoio Especializado - Engenharia, Matrícula N.º 235.215.578, lotado na Seção de Manutenção de equipamentos;

- **Gestor Substituto: GIBSON ROCHA MEIRA**, Analista Judiciário, Apoio Especializado, Engenharia, Matrícula N.º 235.215.390, lotado na Seção de Planejamento, Obras e Serviços de Engenharia;

- **Fiscais Técnicos:**

GIBSON ROCHA MEIRA, Analista Judiciário, Apoio Especializado, Engenharia, Matrícula N.º 235.215.390, lotado na Seção de Planejamento, Obras e Serviços de Engenharia;

CIRO FERNANDES FERREIRA, Analista Judiciário, Apoio Especializado, Engenharia, Matrícula N.º 235.215.934, lotado na Seção de Administração do Fórum Maximiano Figueiredo – FMF

II – Determinar a observância do disposto no artigo 3º, incisos I a V, do ATO TRT GP N.º 121/2001 e da legislação de regência da matéria, bem como a assinatura da declaração registrando o conhecimento integral dos termos do Contrato (ACÓRDÃO N.º 829/2017 – TCU);

III – Recomendar aos servidores ora designados, à guisa de boa prática administrativa, nos termos da orientação do TCU (item 1.7.3 do Acórdão N.º 8.005/2011-1ªC e TC-007.114/2011-7 – publicado no DOU de 20.09.2011, seção 1, p. 158), a utilização – no que couber – do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (última modificação em 14/04/2015) do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, disponibilizado no endereço eletrônico: <http://www.inpi.gov.br/sobre/arquivos/manualfiscal.pdf/view>.

IV – Os casos omissos serão resolvidos por esta Diretoria-Geral da Secretaria.

Dê-se ciência.

Publique-se.

(assinado eletronicamente)

ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria